

Dilema: administrar com ou contra preços

Floriano Freitas Filho (*)



Os preços não fazem parte da infra-estrutura de uma economia, mas são os melhores e mais simples indicadores da inflação. Nesse sentido, têm a mesma propriedade do termômetro para o médico, ao acusar pelas temperaturas altas o estado febril, a possível infecção.

Não se sabe de médicos que tenham congelado seus termômetros, a fim de evitar a febre e eliminar a infecção de seus pacientes. Mas sabe-se, através dos séculos, de muitos governantes que congelaram preços, na tentativa de evitar ou controlar a inflação.

Diocleciano, imperador romano (284 d.C. a 305 d.C.), a fim de debelar a inflação que assolava o império, determinou o controle de preços. Fez circular um édito (301 d.C.), que estabelecia o preço máximo de cada serviço, de cada objeto de troca. A penalidade por comprar ou vender acima do estabelecido era a morte ou o exílio.⁽¹⁾

Embora muitos tenham perdido a vida, tornou-se absolutamente necessário revogar a lei. Compreendeu-se que havia algo mais, além da suposta causa de todos os males: "a ganância dos comerciantes".⁽²⁾

Em 1748 é publicado um dos mais extraordinários contos de Voltaire: "O Mundo Como Está - Visão de Babuc Escrita por Ele Próprio".

Ituriel, um dos gênios que presidem os impérios do mundo, desce certa manhã à morada do cita Babuc, à margem do Oxus, e diz-lhe: "Babuc, as loucuras e excessos dos persas atraíram nossa cólera; reuniu-se ontem uma assembléia dos gé-

nios da Alta Ásia para decidir se devia castigar Persépolis ou destruí-la. Vai a esta cidade, examina tudo; conta-me fielmente o que vires; e eu resolverei, conforme teu relato, corrigir a cidade ou exterminá-la."

Babuc, no cumprimento da missão, foi ao estabelecimento de vendedores de magníficas bagatelas. Escolheu o que lhe agradou, pagando muito mais do que valia. Ao saber-se enganado, Babuc inscreveu nas suas tabuinhas o nome do negociante, para indicá-lo a Ituriel no dia da punição da cidade. Enquanto escrevia, bateram-lhe à porta: era o próprio negociante que vinha trazer-lhe a bolsa que ele havia esquecido sobre o balcão.

Antônio, Babuc perguntou: "Como se explica que o senhor se mostre tão fiel e generoso, quando não teve vergonha de vender-me bugigangas quatro vezes acima de seu valor?"

Ao que lhe respondeu o comerciante: " - Não há nesta cidade nenhum negociante mais ou menos conhecido que não viesse devolver-lhe a bolsa; mas muito o enganaram, dizendo-lhe que eu lhe vendera artigos quatro vezes mais caro de que valiam: vendi-os por dez vezes mais. E tanto isto é verdade que, se daqui a um mês o senhor quiser revendê-los, não obterá nem essa décima parte. Mas nada mais justo: é a fantasia dos homens que dá preço a essas coisas frívolas; é essa fantasia que faz viver cem operários que eu emprego, é ela que me dá uma bela casa, um carro cômodo, cavalos, é ela que anima a indústria, que mantém o gosto, a circulação e a abundância. As nações vizinhas vendo eu essas bagatelas muito mais caro que ao senhor, e assim sou útil ao império."

"Babuc, depois de haver cismado um pouco, riscou-o das suas tabuinhas."⁽³⁾

Administrar com ou contra os preços?

O imperador Septímio Severo (193/211 D.C.) combateu a inflação desvalorizando a moeda e aumentando os impostos.⁽⁴⁾ Dioclesiano impôs o controle de preços e procurou fixar o camponês no campo. Constantino (306/337 d.C.) "resolveu" o problema instituindo o estado totalitário.

Nenhuma dessas medidas, no entanto, freou a inflação em Roma. A mesma quantidade de trigo que custava 0,75 tetradrachmas em 100 d.C., passou a custar 2 1/2 em 200 d.C., 50 em 270 d.C., 2.500 em 314 d.C., 21.000 em 334 d.C. e 500.000 em 344 d.C.⁽⁵⁾

A história nos fornece inúmeros exemplos e experiências análogas, sob circunstâncias diversas -- e a inflação sempre prevaleceu.

(*) Professor do Departamento de Administração da Universidade de Brasília.

IDÉIAS

Na Roma antiga, a perda seqüente das possessões romanas, pela decadência do império, reduziu a oferta de bens. Roma pouco produzia do que consumia. A inflação crônica foi inevitável, assim como o retorno do homem ao campo e mil anos de feudalismo.

No mundo contemporâneo, as causas da inflação são bem diversas e complexas. É possível decompô-las em elementos os mais sofisticados, a maioria dos quais mensuráveis. Modelos econométricos se sucedem, na tentativa de racionalizar causas, efeitos, soluções.

Mas, por força de tanta racionalização, a causa principal da inflação parece estar sendo paulatinamente relegada a segundo plano – a civilização moderna; as exigências naturais da sociedade contemporânea.

Durante milênios, o homem e sua família, numa organização nômade e tribal, subsistiu da caça. Produção e consumo se confundiam, sem intermediações.

O mesmo pode-se dizer da organização das sociedades rurais. A relação direta produção-consumo prevaleceu por outros milênios, muito embora já se esboçasse a intermediação e um incipiente sistema de preços. Dificilmente o ser humano sobreviveria à impossibilidade de participar diretamente da produção, por si ou por aquele de quem dependesse.

Até meados do século passado prevaleceu a forma de organização societária rural. As maiores concentrações urbanas do mundo não atingiram um milhão de habitantes.

A terra fora, até então, o fator estratégico básico. Conservá-la em família era um imperativo. Dai valores fundamentais dessa forma de vida: a propriedade, a castidade feminina, o matrimônio monogâmico, o primogênito, a herança, o tradicionalismo, a pouca mobilidade social.

Com o advento da industrialização, as concentrações urbanas multiplicaram-se e hipertrofiaram-se. Em apenas cem anos, as sociedades sofreram expressivas transfigurações, renovando valores, rompendo tradições.

Na moderna civilização capitalista prevalece o indivíduo, desde na moradia (cada qual quer a sua), até nos mais variados itens de consumo (seu carro, seu televisor, seu vestuário, seu eletrodoméstico...). Mas ninguém, individual ou familiarmente, produz qualquer coisa disso e de tudo

o mais que lhe é fartamente ofertado: Bem pelo contrário: o consumidor distancia-se cada vez mais do produtor.

Não há o imperativo de se produzir o que se quer, como na organização societária rural. Há, apenas, a exigência de se estar engajado no processo produtivo com a força de seu trabalho ou cedendo fatores outros de produção, sob sua propriedade. O valor supremo é a riqueza individual, centrada na renda pessoal ou familiar (o somatório de salários, juros, lucros, aluguéis...).

Mas a capacidade de compra não se resume à riqueza individual ou familiar. É imposta pelo sistema de preços, de todos os preços.

O preço passa a ser o grande fator de seleção dentre os que pretendem adquirir mercadorias e serviços, ajustando produção e consumo, nas economias de livre mercado. Compra quem puder pagar o preço dos bens ofertados, na força dos preços pagos pelos fatores de produção que detém (da renda pessoal). Nesse sentido, congelar preços é inviabilizar essa seleção, é instituir o caos.

Verificou-se, entretanto, que os mecanismos de ajuste, via preços, não são tão simples e de efeitos imediatos.

Nas últimas décadas, o pensamento econômico deu ênfase a estudos sobre os mecanismos de ajuste, via preços, nos mercados concorrenciais imperfeitos (concorrência monopolística, oligopólio, monopólio). Nenhum desses estudos, entretanto, rejeitou o mecanismo em si, ou dotou a economia de mercado de um sistema seletivo alternativo, justo e viável.

Em outras palavras, nas economias de mercado, seja qual for o caminho de solução idealizado, o problema será sempre o mesmo: como tantos, que individualmente produzem tão pouco, poderão consumir o que desejam do muito que lhes é ofertado? Se os preços não forem o fator de seleção, quem o será? O governo? – sob que critérios?

A ascensão dos preços, a inflação, seja qual for sua causa, é indicativa de excesso de demanda em algum setor da economia ou, o que dá no mesmo, carência de oferta. Alguém, mais tarde ou mais cedo, deixará de comprar este ou aquele bem (matéria-prima, intermediário ou final), por não ter a capacidade de pagar seu preço. O preço seletivo determinará, em última instância, quem adquirirá o



A experiência mais recente com os Planos Cruzados demonstra que nossa inflação é sobretudo decorrente de causas de ordem estrutural, e não inercial (esta, mera consequência do administrar contra os preços). Qual a melhor via?

IDÉIAS

quê e quanto. O raciocínio se completa se considerarmos salários, juros, lucro, aluguéis como preços dos fatores de produção. Se os preços estivessem livres, são eles os melhores indicadores das distorções na economia, dos focos inflacionários. Trabalhar contra eles, só numa economia planejada, de decisões econômicas centralizadas ou num sistema utópico, governado por semideuses, onipresentes e oniscientes.

As causas da inflação são as mesmas que conduzem à elevação dos preços, já que um fenômeno comporta o outro. Esse óbvio é por vezes esquecido. Em outras palavras, debelar a inflação é debelar as causas que levam à elevação dos preços. Daí qualquer argumentação que envolva o *combate à inflação* dever considerar a estabilidade de preços como um fim (causa final) e não como um meio (causa material).

Há, pois, que se administrar a inflação com os preços, não contra os preços, pelas causas da elevação destes e não pelo efeito – a elevação em si, mero indicador da própria inflação. Seria como o médico que, ao detectar a infecção, acusada pela alta temperatura indicada no termômetro, se preocupasse em debelar as causas da mesma, usando o termômetro como aferidor de sua regressão.

Quais as causas da inflação, da elevação dos preços?

Que medidas conduzem à estabilização dos preços, debelam a inflação?

No modelo clássico de desenvolvimento, no mundo capitalista, os excedentes agrícolas permitem o comércio e a gênese de serviços concentrados e localizados (burgos, vilas, cidades), com a seqüente industrialização. As concentrações urbanas surgem naturalmente, fruto de um processo de crescimento econômico harmônico e equilibrado, com mecanismos de ajustes viáveis, via comportamento dos preços, ainda que através de conflitos de interesses e crises cíclicas bastante acentuadas.

O Brasil, assim como outros países de economia periférica, desenvolveu-se na dependência das grandes potências industriais do hemisfério norte, não seguindo o modelo clássico. O desenvolvimento deu-se por saltos, regionalmente diferenciado. Daí a geração de disparidades na distribuição da renda pessoal ou regional, a criação de bolsões de riqueza ao lado de bolsões de po-

breza, as conseqüentes e crescentes tensões sociais, os desequilíbrios e as desarmonias no processo de crescimento econômico. Grandes concentrações urbanas – que tendem a estar dentre as maiores do mundo no final do milênio – desencadeiam concausas derivadas da grande causa da inflação: a demanda crescente, quase impossível de ser atendida pela produção existente.

E mais: essa demanda não se restringe a mercadorias e serviços produzidos pelo setor privado (e a conseqüente demanda por fatores de produção por parte de seus produtores) mas, sobretudo, a bens coletivos (segurança, justiça, transporte, comunicação) e bens meritórios (educação, saúde, previdência social, etc.) “produzidos” por uma onerosíssima máquina governamental, concorrente e não complementar à produção do setor privado.

A solução é conciliar os opostos, mas através de um novo arquétipo de homem público: administrador capacitado a interagir conhecimentos e ações de vários segmentos do saber, conciliando exigências políticas com outras de ordem técnica. Possível?

As grandes disparidades regionais na distribuição de renda, e a necessidade político-social de se acelerar a extirpação dos bolsões de pobreza, forçam cada vez mais o crescimento descontrolado dessa máquina, dotando o País de estrutura de produção estatizada, ineficiente, desarmoniosa, dependente de recursos externos e, por tudo isso e muito mais, cronicamente onerosa e deficitária. O setor privado herda dessa concorrência uma crescente elevação de custos financeiros e de materiais, que desaguam em inflação.

Eliminar essas causas – um desafio gigantesco para estadistas (homens de decisão e de poucos

sonhos) – é o único caminho para se estabilizar preços, debelar a inflação.

Não será através de soluções pirótécnicas, assentadas em sonhos de uma noite de verão ou em delírios de algum político bem intencionado, mas mal informado quanto à inexorabilidade das leis econômicas, que se chegará a esse objetivo.

A questão também não se resume à simplicidade de alguma postura existencial perante o problema (ou parte dele). Algo assim como posicionar duas escolas principais do pensamento político-filosófico: “o racionalismo evolucionista fundado na liberdade individual e na propriedade privada, que corresponde à sociedade aberta, em oposição ao racionalismo construtivista baseado no coletivismo e no estatismo, que corresponde à sociedade planejada totalitária.”⁽⁶⁾ Ou uma ou outra. Nem, muito menos, no diferenciar economistas planejadores de economistas keynesianos matematicistas, ou de estruturalistas, ou de monetaristas de afinados ou de desafinados com a economia moderna de mercado. Rótulos, meros rótulos.

A questão é de administração. De gerência de problemas. Como administrar realidade tão complexa como a que descrevemos em largos traços, segundo as tradições que nos são peculiares e que nos conduzem sempre à conciliação dos opostos?⁽⁷⁾

Como administrar a inexorabilidade das leis econômicas, a inexorabilidade dos direitos do cidadão, a inexorabilidade das pressões dos anseios da sociedade contemporânea, a inexorabilidade da força de absorção dos valores que compõem o novo conceito de justiça social, e tantas outras inexorabilidades?

Tantas inexorabilidades dão espaço à negociação, à conciliação? É possível administrar o desenvolvimento, o crescimento econômico, com os preços e não contra os preços, priorizando a liberdade individual, garantindo a propriedade privada, com crescente ingerência do governo na economia, sem o estatismo da sociedade totalitária, sem o perigo de iludir o povo, no encobrir a dureza dos fatos, a frieza dos atos?

A experiência recente com os Planos Cruzados demonstra que a inflação brasileira é sobretudo decorrente de causas de ordem estrutural e não inercial (esta, mera conseqüência do administrar contra os preços).

IDÉIAS

A pressão da demanda, característica da sociedade brasileira atual, decorre da elevada e crescente concentração urbana, assim como das distorções decorrentes de um desenvolvimento desarmônico. A incursão cada vez mais acentuada do Estado na Economia decorre de idênticas causas e, via de consequência, o crescimento contínuo dos gastos do governo, das dívidas interna e externa, do déficit público, etc...

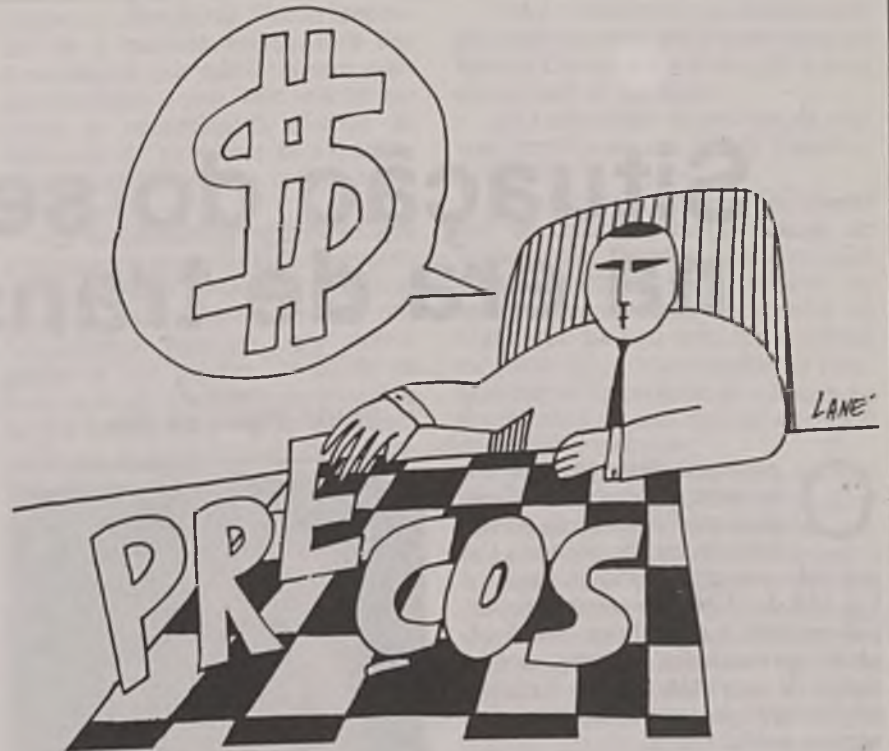
Estudo recente do brasilianista Raymond W. Goldsmith conclui que "durante todo o período compreendido entre 1850 e 1980 o aumento médio anual do nível de preços, seja no atacado ou no varejo, ocorreu numa base de 10%, nível este que pode justificar a caracterização de uma inflação secular. (O aumento médio do nível de preços nos Estados Unidos - medido pelo deflator do PNB - no mesmo período, foi ligeiramente inferior a 2%). Nesse período houve grandes surtos inflacionários (1853/1854; 1864/66; 1869; 1874/78; 1889/94; 1915/24; 1942/66; 1974/1980), preços quase estáveis (1880/88; 1905/14; 1924/34) e até mesmo quedas de preços (1861/63; 1870/71; 1879/80; 1900/5; 1930/31).⁽⁸⁾

No Brasil, em decorrência das características históricas de sua sociedade, Governo e economia de mercado têm de conviver, sob inevitáveis confrontos.

A solução é a conciliação dos opostos, mas através de um novo arquétipo de homem público: o administrador - aquele capacitado a interagir conhecimentos e ações de vários segmentos do saber, conciliando exigências políticas com outras de ordem técnica.

Ao economista, a Economia - o estudo das causas e consequências da inexorabilidade de algumas leis econômicas; ao político, a Política - a arte de dirimir conflitos de interesses, de representar reivindicações de grupos, defendendo e tutelando seus pontos de vista; ao jurista, o Direito, a Ordem; ao legislador, o ordenamento, e assim por diante.

Ao administrador, a Administração - a arte de compor os opostos via negociações, objetivando a conciliação, administrando com o sim e com o não, sob o eterno propósito de realizar metas factíveis, com eficiência, com eficácia. Acresça-se, ao administrador público, uma profunda sensibilidade à justiça social, que



orienta prioridades, afasta privilégios, minimiza disparidades.

Na fixação dos objetivos nacionais e de governo, impõe-se a pessoa do político-administrador - o *estadista*. Na elaboração e execução dos programas e projetos de governo, a pessoa do *administrador público* - alguém distanciado da estreiteza do tecnoburocrata, da limitação do especialista professoral, ou do apenas prático; alguém eclético, perspicaz, com vivência tanto do mundo da burocracia pública (defensora da sociedade), quanto do mundo da iniciativa privada (impulsora da sociedade), seja qual for sua formação profissional.

No campo das decisões econômicas, ao lado do empresário, do sin-

dicalista, do líder trabalhista e de tantos outros representantes das forças de produção e de consumo de uma economia de mercado, o *administrador público, com o perfil acima e mais: competente na área específica da Economia mas, sobretudo, na da Administração; sem medo de errar; com o firme propósito de acertar; negociando e conduzindo suas decisões com os preços, com as reivindicações salariais, com os sindicatos livres, com as greves - com tudo, enfim, que expresse e manifeste, naturalmente, o que a sociedade quer, indicando o que é prioritário e o que é realmente possível de se fazer.*

Eis aí o perfil de um novo alquimista - o do mundo moderno!

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) Aymard, André & Auboyer, Jeannine - Roma e seu Império, in História Geral das Civilizações, Tomo II, 3º Vol., 1958, ed. DIFEL, SP, pp. 12 a 14.
- (2) Casson, Lionel - Biting the Bullet in Ancient Roman, in periódico bimestral HORIZON, Summer 1976, vol. XVIII, nº 3, American Heritage Publishing Co., Inc. USA, p. 18.
- (3) Voltaire - CONTOS, Abril Cultural, 1972, SP, pp. 79/97.
- (4) Aymard, André & Auboyer, Jeannine (op. cit., 2º vol., p. 239).
- (5) Casson, Lionel (op. cit. - p. 19).
- (6) ver artigo de Henry Maksoud - Caos político - a culpa dos professores, in Folha de São Paulo, SP, 15.01.1987, p. A-3.
- (7) Nesse sentido ver Padilha, Tarcisio M. - Filosofia, Ideologia e Realidade brasileira, Comp. Edit. Americana, RJ, março/71, 1ª ed.
- (8) Goldsmith, Raymond W. - Brasil 1850-1984 - Desenvolvimento Financeiro sob um século de inflação, Ed. Harper & Row do Brasil Ltda, 1986, SP, pp. 15/16.